

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.384 - SP (2019/0231348-8)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : PLP CONFECÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI
ADVOGADO : ANDRE PAULA MATTOS CARAVIERI E OUTRO(S) - SP258423
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : RICARDO LOPES GODOY E OUTRO(S) - MG077167
FERREIRA E CHAGAS ADVOGADOS - MG001118

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA DE ATIVOS EM CONTA CORRENTE. VERBA DESTINADA AO PAGAMENTO DE FUNCIONÁRIOS E MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. PENHORA MANTIDA. RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVOS APONTADOS COMO VIOLADOS. AUSÊNCIA DE DISCUSSÃO PELO TRIBUNAL PAULISTA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 211, do STJ e 282, do STF. PREQUESTIONAMENTO FICTO (ART. 1.025 DO NCPC). NECESSIDADE DE APONTAMENTO DE CONTRARIEDADE AO ART. 1.022 DO NCPC. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7, DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

PLP CONFECÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI (PLP CONFECÇÕES) interpôs agravo de instrumento contra decisão proferida na ação de execução promovida por BANCO DO BRASIL S.A, que rejeitou impugnação à penhora e manteve a indisponibilidade dos valores em sua conta corrente.

O Tribunal paulista negou provimento ao agravo, em acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DA QUANTIA BLOQUEADA POR SE TRATAR DE VERBA DESTINADA AO PAGAMENTO DE FUNCIONÁRIOS E/OU MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. Muito embora a Agravante tenha colacionado aos autos os documentos de fls.142/149 (recibos de pagamento de salários), não trouxe elementos outros que dessem sustentação ao alegado, ou seja, não comprovou a impossibilidade de arcar com o pagamento de seus

Superior Tribunal de Justiça

funcionários, ou, da manutenção da atividade. - DECISÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO (e-STJ, fl. 191).

Os embargos de declaração opostos por PLP CONFECÇÕES foram rejeitados (e-STJ, fls. 200/203).

Inconformada, PLP CONFECÇÕES interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 804, 835 § 1º e 848 do NCPC alegando, em síntese, que o bloqueio de seus ativos financeiros afetará sua atividade empresarial, pois não terá como arcar com suas despesas ordinárias.

Em juízo de admissibilidade, a presidência da seção de direito privado do TJSP inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 239/247).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

Verifica-se que os arts. 804, 835 § 1º e 848 do NCPC não foram objeto de discussão pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, apesar da interposição de Embargos de Declaração, estando ausente o indispensável debate prévio. Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao apelo excepcional. Incidente as Súmulas nºs 211, do STJ e 282, do STF.

Ressalte-se que a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que seja indicada violação ao art. 1.022, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei. Confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA. 1. LUCROS CESSANTES. CABIMENTO. PRESUNÇÃO DE PREJUÍZO. 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 3. PREQUESTIONAMENTO FICTO (ART. 1.025 DO CPC/2015). NECESSIDADE DE APONTAMENTO DE CONTRARIEDADE AO ART. 1.022 DO CPC/2015. 4. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS COM COTAS CONDOMINIAIS E IMPOSTOS ANTES DA IMISSÃO NA POSSE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. 5. AGRAVO IMPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. [...]

2. Não tendo sido enfrentada a questão ou a tese relacionada ao artigo apontado como violado pelo acórdão recorrido, fica obstado o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento, incidindo os óbices das Súmulas 282 e 356 do STF.

3. De fato, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017).

4. Segundo a jurisprudência do STJ, as despesas de condomínio e IPTU são de responsabilidade da construtora até a entrega do imóvel ao adquirente. Isso porque, apesar de o IPTU ter como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel (CTN, art. 32), se os recorridos não deram causa para o não recebimento do imóvel, não podem ser obrigados a pagar as despesas condominiais nem o citado imposto referente ao período em que não haviam sido imitados na posse.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1697414/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 5/12/2017, DJe 15/12/2017 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO FICTO. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE ADUZIR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. LEGITIMIDADE PASSIVA. SÚMULA 7/STJ. DEVER DE INDENIZAR. CONFIGURAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

2. A Corte de origem, soberana na análise do arcabouço fático-probatório dos autos, consignou existir a legitimidade passiva do ora recorrente para figurar na relação jurídica processual tendo em vista tanto o contrato de prestação de serviços de plano de saúde celebrado entre os ora agravados, quanto o convênio firmado entre o plano de saúde e o hospital, ora recorrente. A reforma do aresto hostilizava demandaria

Superior Tribunal de Justiça

revolvimento do material fático probatório dos autos e interpretação contratual, o que esbarra nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. *É inviável, na hipótese vertente, a análise da presença ou não dos requisitos ensejadores da responsabilidade civil, porquanto demandaria análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.*

4. *Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 1144413/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. em 7/11/2017, DJe 14/11/2017 - sem destaque no original)

Mesmo que assim não fosse, o Tribunal paulista, após análise dos autos, verificou que a recorrente PLP CONFECÇÕES não comprovou a impossibilidade de arcar com o pagamento de seus funcionários ou que o bloqueio dos valores em sua conta corrente comprometeria de sua atividade empresarial.

Confira-se o aresto recorrido:

No caso em tela, pretende a Agravante a liberação dos valores constritos com o fundamento de que a quantia bloqueada se destinava ao pagamento de seus funcionários.

Destaco, porém, que muito embora a mesma tenha colacionado aos autos os documentos de fls. 142/149(recibos de pagamento o de salários), não trouxe elementos outros que dessem sustentação ao alegado, ou seja, não comprovou a impossibilidade de arcar com o pagamento de seus funcionários.

[...].

Assim, diante da ausência de prova cabal a respeito de que o valor constrito se destinava ao pagamento de seus funcionários, bem como de manutenção das atividades da Agravante de rigor a manutenção da decisão tal como lançada aos autos (e-STJ, fls. 193/194).

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal *a quo*, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

